



JERONIMO, Evelyn de Jesus*

<https://orcid.org/0000-0003-3055-3813>

MEIRA, Roberta Barros**

<http://orcid.org/0000-0001-7739-216X>

GUSSO, Luana de Carvalho Silva***

<https://orcid.org/0000-0003-0408-489X>

RESUMO: Os grupos percussivos de maracatu de Joinville (SC) têm propiciado um processo de circulação de saberes e movimentos de resistência. A presença da cultura afro-brasileira do Recife (PE) em Joinville, cidade marcada por patrimônios oficiais que privilegiam a imigração germânica, contesta a visão de um passado excludente e traz para a linha de frente as disputas por uma cultura plural. O artigo consiste em uma reflexão sobre a atuação dos dois grupos percussivos de maracatu de Joinville e os enfrentamentos gerados pela repressão policial nas suas oficinas, ensaios e no carnaval. Para essa análise, as fontes orais foram operadas (PORTELLI, 2016), privilegiando as experiências e as memórias dos batuqueiros e batuqueiras.

PALAVRAS-CHAVE: grupos percussivos de maracatu; patrimônio cultural afro-brasileiro; Joinville.

ABSTRACT: Maracatu percussive groups in Joinville (SC), Brazil, have facilitated a process of circulation of knowledge and resistance movements. The presence of Afro-Brazilian culture from Recife (PE), Brazil, in Joinville, a city marked by official heritage sites that favor German immigration, challenges the view of an exclusionary past and brings disputes over a plural culture to the forefront. The article consists of a reflection on the performance of the two Maracatu percussive groups from Joinville and the confrontations generated by police repression in their workshops, rehearsals and during Carnival. For this analysis, oral sources were used (PORTELLI, 2016), privileging the experiences and memories of batuqueiros and batuqueiras.

KEYWORDS: Maracatu percussive groups; Afro-Brazilian cultural heritage; Joinville.

* Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade, graduada em História pela Universidade da Região de Joinville Univille, faz parte dos grupos de pesquisa, Cultura e Sociedade: circulação de saberes, natureza e agricultura e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB).

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e do Curso de História da Universidade da Região de Joinville - Univille. Possui Pós-doutoramento pela Universidad Nacional de Tucumán. Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense, mestrado e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

*** Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, do Curso de Direito e de Psicologia da Universidade da Região de Joinville - Univille. Possui Pós-doutoramento pela Universidade de Coimbra e Centro de Estudos em Direitos Humanos - Ius Gentium Conimbrigae. É graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) (2005) e em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (2005).

INTRODUÇÃO

Os relatos sobre o maracatu nação ao longo do período colonial da América Portuguesa e no Império são testemunhas significativas dos processos de resistência das culturas africanas no Brasil. A dança, o canto, os instrumentos musicais, as indumentárias e as religiosidades permitem entender a circulação de saberes e as trocas com as populações indígenas e europeias nos novos espaços marcados pela diáspora africana. A violência da escravidão buscou apagar as práticas religiosas, as expressões e os conhecimentos que se distinguiam por diferir-se dos padrões europeus por quase quatro séculos. Desta feita, nos dias atuais, a repressão policial atual e a proteção de patrimônios culturais que privilegiam um único grupo ameaçam a sobrevivência das diferentes culturas brasileiras.

Em 2008, a cultura do maracatu nação ganhou visibilidade em Joinville (SC), cidade marcada pelo discurso hegemônico da história e do patrimônio germânico, com o início do Projeto Maracatu Joinville. Por meio de organizações e de projetos culturais submetidos ao Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (Simdec), em 2010, foi criado o Grupo Morro do Ouro. O Morro do Ouro utilizava as cores vermelha, amarela e branca, além de tocar e ensinar em suas oficinas as toadas e os ritmos do Maracatu Estrela Brilhante do Recife e Porto Rico. Alguns anos depois, o movimento de empoderamento feminino Baque Mulher – Feministas do Baque Virado – foi criado em Joinville em 2015 como uma extensão do Maracatu Baque Mulher do Recife, fundado em 2008 pela mestra Joana Cavalcante¹.

Ao longo de 15 anos, as atividades dos grupos percussivos são praticadas em diferentes segmentos. Os grupos, além de se organizarem internamente, em seus ensaios, ministraram oficinas públicas, participaram de rodas de conversa, manifestações políticas, apresentações em escolas e em eventos culturais da cidade e organizaram o carnaval autônomo de rua, conhecido como arrastão. Ao investigar as práticas políticas e sociais dos grupos na cidade, uma questão faz-se latente nas suas trajetórias: a repressão policial sofrida pelos grupos. É possível identificar essa repressão em matérias de jornal, iconografias e nos relatos orais dos membros.

¹ Mestra Joana ministrou oficinas em Joinville em 2016, 2017 e 2018.

Diante desse problema, o artigo busca trazer reflexões sobre o pouco reconhecimento dado aos grupos percussivos como praticantes de uma cultura afro-brasileira que se baseia na circulação de saberes entre as nações de maracatu Estrela Brilhante do Recife, Encanto do Pina e Porto Rico e a organização dos grupos percussivos Morro do Ouro e Baque Mulher em Joinville.

Ademais, incluímos as nossas considerações sobre dois patrimônios culturais da cidade para pensar a perpetuação da história oficial que é operada e ressignificada no presente: a Harmonia Lyra e os clubes de tiro. Nesses dois casos vemos que a questão cultural dos alemães, fomentada pelo objetivo civilizatório da imigração no processo de colonização da Colônia Dona Francisca, marca ainda hoje o campo cultural da cidade. A identidade de Joinville, a cidade do trabalho e da ordem, também foi construída com base no mito fundador da colonização. Nesse sentido, é possível perceber que as hierarquias impostas aos sujeitos são peças-chave para compreender atualmente a tentativa de controle sob os grupos percussivos no processo de apagamento da cultura afro-brasileira.

No presente trabalho, utilizamos três entrevistas orais realizadas com batuqueiros(as) dos grupos percussivos pesquisados. Entendemos que toda entrevista oral possui um significado social e é uma produção de narrativas construídas com base na experiência social de pessoas e grupos (MEIHY, 2007). As fontes orais são analisadas pelo entrecruzo com as matérias de jornais que relatam atividades dos grupos e a repressão ao carnaval. As memórias sociais dos batuqueiros(as) nos dão fundamentação para rediscutir o patrimônio da cidade. Ademais, problematizamos a história de Joinville, a historiografia oficial e o mito fundador da cidade – construída apenas pelos imigrantes brancos no período de colonização, no século XIX – analisando as obras de Ficker (1965), Ternes (1984) e Herkenhoff (1987).

A HISTÓRIA OFICIAL E O APAGAMENTO DAS POPULAÇÕES NEGRAS E INDÍGENAS EM JOINVILLE

Patrimônios culturais são formas de representar, conhecer e reconhecer a história de grupos e cidades. O apagamento da história das populações negras tem sido constante na cidade de Joinville, com tais populações sendo relegadas ora a um

papel secundário, ora ao esquecimento por importantes autores como Ficker (1965), Ternes (1984) e Herkenhoff (1987).

Ternes (1984), em sua narrativa, tenta desvendar, no presente, por que Joinville é um exemplo de progresso e desenvolvimento econômico, alegando que esse desenvolvimento é fruto e herança da formação psicológica, econômica e cultural dos alemães:

Efetivamente, fazemos questão de frisar que os alemães obtiveram aqui [...] condições para não apenas realizarem os seus sonhos de uma vida pessoal dedicada à paz e à construção de coisas perenes, como também para provarem a si mesmos e às gerações futura, que eram capazes e dotados de talentos inegáveis para construir ou desencadear um *processo civilizatório* altamente humano, economicamente produtivo e espiritualmente gratificante. (TERNES, 1984, p. 194, grifos nossos)

O autor ressalta que o elemento germânico realizou empreendimentos positivos e construtivos, fazendo nascer uma Joinville ambiciosa e realizadora. Guedes (2007) sinaliza que a historiografia tradicional constrói heróis com o objetivo de traçar uma identidade local, para encontrar raízes e origens, construindo um mito fundador. Por outro lado, a historiografia atual tem ressaltado que o surgimento da colônia é um “empreendimento privado capitalista, com apoio oficial, destinado principalmente a gerar dividendos para seus ‘proprietários’” (CUNHA, 2008, p. 43).

Não podemos esquecer que a colônia advém da política imperial de substituição da mão de obra escrava pela assalariada. A imigração europeia integra igualmente a política de branqueamento da população brasileira e as teorias raciais que se fortaleceram no período (SCHWARCZ, 1993). É importante analisar a colonização da Colônia Dona Francisca, fazendo o recorte do contexto abolicionista, para compreender que nesse processo a questão do racismo é latente e que, ao contrário do que narra a história oficial, esse território foi construído mediante a disputa de terras, de certa maneira classificando quem seria o trabalhador determinado a construir o progresso local.

Nesse escopo da política imigratória a questão cultural era latente, ao se escolher etnicamente o tipo de imigrante a ser trazido ao país. Os critérios estabelecidos eram étnicos e raciais, calcados nas teorias racistas do evolucionismo e da “desigualdade das raças”. Essa hierarquia social criada se baseava nas ideias

de aptidão, capacidade produtiva e disposição das etnias estrangeiras. Cunha (2008) acrescenta:

Nessa hierarquia social, apareciam no topo os imigrantes europeus, como representantes do tipo ideal de imigrante “desejável”, com nítida preferência inicialmente pelos alemães, por causa de sua aptidão para o trabalho da agricultura, e para os ofícios e artes, o seu espírito prático e conservador, o seu amor ao trabalho e à família, sobriedade, resignação, respeito às autoridades, qualidades que o distinguem dos colonos de outras origens. (CUNHA, 2008, p. 46)

É constante a afirmação de que Joinville é a cidade do trabalho, que herdou dos colonizadores europeus a capacidade de trabalho e a vontade empreendedora. Essa narrativa também apaga a população negra na construção da cidade, sendo invisibilizados também suas culturas e seus modos de vida, a sua importância econômica e social no passado e no presente, o que se perpetua no que é representado e reconhecido oficialmente como patrimônio na cidade. Debruçar-se sobre a historiografia local para reivindicar a cultura e o patrimônio negro em Joinville ainda permanece um desafio de fontes e referências bibliográficas, como demonstra Guedes (2007) em sua pesquisa:

Ao compararmos os dados relacionados nos “Mapas Estatísticos da Colônia Dona Francisca”, com a quantidade de luso brasileiros e escravos encontrados nos documentos eclesiásticos, pode-se rapidamente notar que essa população ficava fora das estatísticas, onde eram contabilizadas apenas as características da população formada pelos imigrantes que entravam ou saíam oficialmente da Colônia através da Companhia Colonizadora (GUEDES, 2007, p. 6).

Isso porque a população negra é tratada como coadjuvante no processo histórico da cidade. Ternes (1993, p. 31) aponta que “em 1840 a população catarinense se limita a 67.218 habitantes, dos quais 12.580 de escravos e 54.638 de brancos e libertos”. Em seguida, o autor diz que os escravos representavam apenas 18% da população, diminuindo a existência dessas pessoas. Como lembra Conceição (2022, p. 22), os registros e taxas demográficos em que não está presente a população negra são uma das maneiras de invisibilizar sua existência na sociedade e manter o branqueamento.

As obras analisadas são sustentadas sob a égide da história oficial, uma vez que os atores sociais que aparecem e são concebidos na construção da Colônia Dona Francisca pelos autores são os imigrantes europeus que possuíam funções políticas

de destaque na sociedade, sendo responsáveis por diversos empreendimentos. O apagamento das populações negras se reflete nos dias de hoje no pequeno reconhecimento dado aos patrimônios culturais desses grupos, comunidades e pessoas. O passado e os registros nas discussões de patrimônio são algo primordial para legitimar memórias e afirmar heranças que façam sentido e tenham ligações com as pessoas no presente. A abordagem descreve principalmente os interesses de grupos sociais dominantes, além de ser baseada em um mito fundador do pioneirismo, pautado na esperança promissora do progresso empreendido desde 1850 pelos imigrantes.

PATRIMÔNIO OU CARREGO COLONIAL?

Para além de fatores econômicos, ao se narrar a história e as origens da cidade de Joinville, a cultura também é elemento de poder utilizado para construir o discurso de uma única cultura: a germânica. Um olhar mais atento para o contexto histórico das políticas de imigração na Colônia Dona Francisca demonstra que nos seus intermédios essa política também era operada como um mecanismo de homogeneização étnica do país, concebido como instrumento de civilização, em que existiam incivilizados a serem excluídos ou moldados. Existem muitos outros fatores que poderiam ser levantados para elencar a problemática do reconhecimento de patrimônios culturais na cidade, mas a construção sócio-histórica do processo civilizatório ainda diz muito sobre a realidade do que é reconhecido como patrimônio e quais memórias serão projetadas para representar o território e a cultura.

Nesse processo histórico, os discursos dos autores trabalhados, por exemplo, fomentam e buscam criar e afirmar identidades e representações significativas que caracterizam ou idealizam Joinville. Os pontos em comum que unem essas duas significações da cidade e sua população são a colonização e o trabalho. Essas representações podem ser vislumbradas nos espaços públicos de memória, como museus, monumentos, praças, datas comemorativas e celebrações que majoritariamente relembram a história dos imigrantes alemães (GUERREIRO, 2020).

Foi nessas primeiras levas de imigração que a historiografia oficial local se sustentou, buscando afirmar o mito fundador da cidade. Esses espaços são os de maior destaque em roteiros e visitas turísticos, para aqueles que querem conhecer a

história de Joinville. O Monumento ao Imigrante foi criado pelo artista Fritz Alt e inaugurado em 9 de março de 1951, em comemoração ao centenário da chegada dos primeiros imigrantes (MACHADO, 2018b). Faz parte de um discurso que quer manter a coesão de um passado comum. Pollak (1989, p. 8-9) assevera que o enquadramento de memória são essas referências, como o monumento. Ao entrarmos em contato com elas, associamo-las ou não a um sentimento de filiação e origem.

Os projetos políticos, as preocupações, as verbas financeiras e os gerenciamentos apenas de bens culturais ligados ao patrimônio cultural europeu são fruto de práticas sociais intencionais que também têm o intuito de homogeneizar a cultura². O que quer o patrimônio em Joinville representar? Passados são evocados e legitimados pela valorização que se baseia em uma herança, que é necessária para afirmar o patrimônio no presente. Nesse processo, a intencionalidade atravessa na maneira como se escolhem passados e heranças para representar algo e afirmar identidades, como no exemplo do Monumento ao Imigrante. Bem lembra Canclini (2008) que os setores dominantes, além de definirem os bens superiores que merecem ser protegidos, também possuem os meios econômicos, intelectuais, tempo de trabalho e ócio. Quem escolhe? E como? Essas são algumas problemáticas que permeiam os estudos do patrimônio. Segundo Poulot (2009, p. 15), “o patrimônio contribui, tradicionalmente, para a legitimidade de poder, que, muitas vezes, participa de uma mitologia das origens”.

Nesse sentido, o Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, criado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 2007, serve para compreender a relação entre o patrimônio cultural no sul e seus reflexos na história e memória da cidade. A ideia central era fomentar uma identidade étnica para Santa Catarina ao atribuir valores que remontam ao passado da imigração alemã no século XIX, valores estes ligados principalmente à questão da colonização e do trabalho. Assim, as culturas e patrimônios culturais que ficaram de fora do projeto são atribuídos como os outros, os diferentes. O projeto foi pensado em 2007, mas a lógica de se

² Para ter melhor noção desses patrimônios culturais, ler as tabelas das páginas 403–439 da tese de Diego Machado (2018a).

considerar o patrimônio étnico branco é uma questão histórica na cidade, conforme as políticas de salvaguarda. Como observa Pistorello (2020):

Os primeiros tombamentos de relevância nacional do patrimônio do imigrante europeu em Santa Catarina foram o do Palácio dos Príncipes, em 1939, e, após três décadas, do Cemitério Protestante e do Bosque Schmalz, todos em Joinville. Percebe-se, portanto, que antes dos anos 1980 – recorte proposto por este dossiê – houve três tombamentos ligados ao patrimônio do imigrante, todos localizados em uma mesma cidade catarinense. (PISTORELLO, 2020, p.7)

Simas e Rufino (2019) são estratégicos e abrem caminhos para enfrentarmos o cânone, para despachar o carrego colonial dominante que padroniza como devemos ser e viver baseados no sistema colonial racista. O colonialismo produz a descredibilidade de várias formas de existência e saberes, produz a morte física (extermínio) e a simbólica por meio do desvio existencial, por isso a necessidade de transgredir o cânone. O carrego colonial “opera como um sopro de má sorte que nutre o assombro e a vigência de um projeto de dominação que atinge os diferentes planos da existência do ser” (SIMAS; RUFINO, 2019, p. 21). Esse carrego colonial impregna o que entendemos por cultura e patrimônio nos nossos locais e gera a morte física e simbólica de saberes e práticas. Não à toa a ideia de patrimônio esteja totalmente ligada à noção de dominação.

Utilizamos dois elementos culturais estudados por Herkenhoff (1987), a saber, a Sociedade Harmonia Lyra e os clubes de tiro ao alvo. Releva notar que os seus processos de patrimonialização ainda fazem alusão ou estão ligadas ao mito fundador da cidade e ao processo civilizatório. Segundo a autora, a tradição do tiro ao alvo, relacionada aos imigrantes, veio transportada de além-mar para a Colônia Dona Francisca. Em 1855, foi fundada por Dr. Adolf Haltenhoff a Sociedade de Atiradores de Joinville. De 1863 a 1865, funcionou a segunda sociedade de tiro, Schuetzenverein zum Gruetil. A autora elenca diversas sociedades de atiradores fundadas nos anos de 1894, 1905, 1906, 1907 e 1912.

Entre 2022 e 2023, a Sociedade de Tiro ao Alvo Esportivo de Joinville recebeu o registro de patrimônio cultural imaterial nas categorias de Lugares, Saberes e Comemorações. Segundo o documento, a Coordenação de Patrimônio Cultural atendeu à solicitação por entender que os clubes de tiro ao alvo esportivo desempenham papel de afirmação da identidade cultural. O documento ainda

relembra que a prática deve ser preservada, por trazer memórias coletivas e contribuir com a formação da sociedade joinvilense. Na categoria Lugares, destaca-se: “Contudo é notório o costume e institucionalização em associações de tiro ao alvo, nas localidades de cultura germânica no Brasil. Estes aspectos demonstram a importância de entender e preservar esta prática esportiva nestas localidades” (Inventário do Patrimônio Imaterial [IPCI], Sociedade de tiro ao alvo esportivo, 2022, p. 1)

As técnicas praticadas nas sociedades de tiro ao alvo foram escritas no Livro de Registro de Saberes, e a celebração da festa do rei (rainha), no livro de Registro de Celebrações. Os integrantes da sociedade realizam um cortejo pelo centro de Joinville, terminando seu desfile na Praça da Bandeira, em frente ao Monumento ao Imigrante, como uma maneira de homenagear os antepassados. Na matéria da Prefeitura de Joinville (2023), o presidente da associação fala sobre a importância do registro:

Esse registro é importante porque, com ele, podemos buscar formas para que essa tradição seja passada para as próximas gerações. Atualmente, temos muitas famílias que participam das sociedades, mas os jovens deixam de participar logo que entram na adolescência. Nosso objetivo é mostrar que o tiro ao alvo esportivo é uma atividade saudável, que não envolve violência, pelo contrário: o foco é a harmonia e a disciplina’, afirma o vice-presidente, Vollmann. (PREFEITURA DE JOINVILLE, 2023)

O processo do registro, como podemos observar, utiliza o mesmo sentido da narrativa histórica abordada por Herkenhoff (1987): dar continuidade à tradição europeia. No ato simbólico de terminar seu desfile em frente ao Monumento do Imigrante, podemos compreender melhor que essa dinâmica é a tentativa do enquadramento de memória (POLLAK, 1989). Os usos do passado e a manutenção da memória sobre a história oficial são operados no processo desse registro para conceber uma cultura no presente e, além de tudo, poder dar continuidade à tradição, para que ela não se perca. É significativa a fala do presidente da sociedade, ao mencionar que os focos da prática são a harmonia e a disciplina, dois elementos-chave para entender o controle social e a ordem em Joinville.

A Sociedade Harmonia Lyra nasceu em janeiro de 1922, da junção das antigas Sociedade Harmonie-Gesellschaft (1858) e Sociedade Musikverein Lyra

(1899) (HERKENHOFF, 1987). A Harmonia Lyra é um dos bens compostos no Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, e em 2002 foi inscrita no livro do Tombo Municipal. No processo de patrimonialização se destaca a arquitetura do edifício, mas também o papel da difusão da cultura germânica. No local, são organizados bailes de carnaval e outros eventos voltados para a elite da cidade. No seu parecer de tombamento, os conselheiros descrevem a importância da preservação. No parecer dos conselheiros Apolinário Ternes, Dalmo Vieira e Nilson Thomé, o tombamento “daquela tradicional sociedade de Joinville” revelava um “espírito cívico e cultural dos que integram” (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, 1994 *apud* MICKUCZ, 2017, p. 109). Reiterava, assim, a “preservação de um imóvel de mais elevada importância, tanto em termos arquitetônicos, quanto cultural e paisagístico” (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, 1994 *apud* MICKUCZ, 2017, p. 109).

Segundo Mickucz (2017), o local pode ser considerado um lugar de memória. A imaterialidade que compõe as memórias da Harmonia Lyra pode ser vista, igualmente, como um passado branco e elitista, uma vez que somente parte da sociedade joinvilense poderia frequentar o espaço. Um ponto segregador da sociedade é que as pessoas, para além do pagamento, deveriam ser aceitas por um exame. A segregação entre os grupos étnicos reverberava também nos seus espaços de sociabilidade. Por outro lado, as sociedades organizadas pela população negra são apagadas da história, da memória e do patrimônio oficial da cidade.

Por volta de 1886 existiam na cidade uma “Sociedade Musical” e uma “Associação de Negros” chamadas “28 de Setembro”, nome que lembrava a “Lei de Ventre Livre”. Como se proibia o “ajuntamento” ou a organização dos escravos em associações, é quase certo que a “28 de Setembro” era formada por negros libertos, que se reuniam periodicamente e promoviam festividades, como bailes em salões locais. (CUNHA, 2008, p. 120)

A questão cultural não está separada da narrativa histórica homogeneizadora das origens, mas sim diretamente relacionada ao resgate e à memória da cultura europeia. Para Herkenhoff (1987, p. 48), “é exatamente à presença desses imigrantes, senhores de vasta cultura, que devemos o impulso extraordinário verificado no terreno cultural, artístico e social da Colônia”.

Com base nessas reflexões, é imprescindível entender que o patrimônio está sempre associado ao coletivo, é efeito de atribuição de valores de um coletivo para

uma coletividade. A homogeneização faz com que sobressaiam esses valores e eles sejam valorizados e distinguidos como patrimônios culturais, encontrados nas culturas europeias. Nas justificativas do registro dos patrimônios citados, podemos identificar a narrativa histórica oficial predominante da cultura germânica, enquadrando um passado único da memória coletiva. Temos memórias e histórias que se buscam preservar mediante tombamentos e registros, para se denominarem patrimônios, e outras, como as do carnaval ou dos grupos percussivos de maracatu que, ao contrário, são reprimidas e gerenciadas de forma excludente. Ou seja, o patrimônio também serve para diferenciar memórias legítimas, prevalecendo um discurso instituinte que lhe atribui valor histórico (RUBINO, 1992).

Nesse sentido das problemáticas sobre os patrimônios culturais da cidade elencados, é importante destacarmos a demora para iniciar o processo de registro da Sociedade Beneficente Kênia Clube como um patrimônio imaterial afro-brasileiro e dar seguimento a ele. Apenas em 2022 a sociedade recebeu o registro; foram sete anos de espera. O Kênia tem uma história de 63 anos, pois foi fundado em 6 de setembro de 1960 (GULANDA, 2022). É o primeiro patrimônio imaterial da cultura e memória negra reconhecido oficialmente na cidade, incluído no Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial de Joinville, na categoria Lugares. Trata-se de um importante espaço de memória, identidades e pertencimento dos afrodescendentes em Joinville, além de um símbolo de resistência e organização da população negra contra o racismo (PREFEITURA DE JOINVILLE, 2022).

O Kênia Clube possui uma importância que ultrapassa seus membros e atividades internas, solidificando-se como um importante lugar para práticas culturais da sociedade joinvilense que envolvem o carnaval. A Escola de Samba Amigos do Kênia, em 1968, foi a primeira a desfilar no carnaval da cidade. Ao longo de sua história, o Kênia ficou fechado durante cinco anos, de 1997 a 2002, por falta de verbas. Gulanda (2022) sinaliza que, de 1993 até 2006, encerraram-se os desfiles oficiais das escolas de samba e blocos de carnaval. Isso impactou de forma direta as atividades anuais do Kênia Clube, paralisando os ensaios da escola de samba e os bailes de carnaval. O problema de a cidade legitimar somente as culturas de tradições europeias gera reflexos, como o pouco reconhecimento, a falta de verbas e a

repressão ao carnaval na cidade, cercando essas culturas e criando barreiras para elas se expressarem, dificultando sua existência e preservação.

A abrangência da importância do Kênia também está relacionada com os grupos percussivos de maracatu. Segundo o entrevistado Vinícius Ferreira, produtor musical, ator e integrante do Grupo Morro do Ouro:

O grupo conseguiu essa parceria para usar o espaço, que é um salão grande. Acho que foi um momento bem importante de aprender a dialogar, outras pessoas usavam espaço. Tinha a capoeira na época, tinha o pessoal do Kênia também, usava, fazia a gestão. As minhas experiências ali foram muito boas, muito bem recebidos nessa relação. Foi um espaço para guardar os instrumentos e conseguir estruturar mais forte as oficinas. Ali aconteceram projetos importantes pro grupo, que foi a vinda da Mestre Joana. Ela veio pelo Baque Mulher. Pelo Morro do Ouro quem veio foi a Celine. Também aconteceu o projeto que o grupo trouxe, Awà Dê Onilê Marê, que é um grupo formado por batuqueiros do Estrela Brilhante. Teve apresentação dele, uma festa, bem massa, teve um baque grandão do morro com eles, teve oficina de Afoxé, oficina de coco, oficina de samba reggae. Então foi um projeto bem massa. Só podia acontecer porque tinha um espaço e o Kênia para abraçar. Ali muita gente começou a tocar. (FERREIRA, 2023)

Além do mais, os grupos sofriam retaliações ao tentar ensaiar em espaços públicos da cidade. O Kênia Clube abriu as portas, e foi onde os grupos percussivos conseguiram realizar suas ações e guardar seus instrumentos por mais tempo, mesmo que ainda sofressem denúncias por “barulho”. O cartaz da Figura 1 é sobre o evento contemplado pelo Simdec e relatado pelo batuqueiro, realizado na Sociedade Kênia Clube.



Figura 1 – Cartaz do projeto Festa do Tambor pra Tudo que é Gosto, de 2016

Na entrevista para a prefeitura sobre o registro, o atual presidente, Edson Luís Sestrem, relata que o Kênia abriga diversas manifestações culturais da cidade, entre elas o maracatu: “Segundo ele, por longos períodos a Sociedade foi abrigo de genuínas manifestações culturais, como a capoeira, curimba, *hip hop*, maracatu, além da tradição carnavalesca, com a Escola Príncipes do Samba” (PREFEITURA DE JOINVILLE, 2022).

A prática do maracatu nação no Kênia também é reconhecida por Gulanda (2022) quando cita que na sede do clube ocorrem projetos que pretendem preservar as memórias da população negra. “São realizadas rodas de samba, promovidas principalmente pela escola Príncipes do Samba aos domingos; aulas de maracatu, capoeira e muitas outras ações de preservação da memória e cultura afro-brasileira na cidade” (GULANDA, 2022, p. 195). Dessa forma, os grupos percussivos de maracatu possuem vinculações com comunidades e grupos que realizam o carnaval na cidade, como o Kênia, para se fortalecer e criar laços, pois, embora seja uma tradição na cidade relacionada ao patrimônio cultural, o carnaval precisa vencer muitas demandas para acontecer.

ESPREITANDO A FRESTA: A RESISTÊNCIA DOS GRUPOS PERCUSSIVOS DE MARACATU

Temos registros da tradição do carnaval em Joinville desde o século XIX. Em fevereiro de 1865, o jornal *Kolonie-Zeitung* anunciava o convite ao primeiro baile de carnaval, chamado Fastnatch, uma celebração alemã (COUTINHO, 2020, p. 39). Por outro lado, o carnaval de rua pode ser identificado pelas vendas de artigos da época, demonstrando que a Colônia Dona Francisca, para além de realizar seus bailes, também estava em contato com outras cidades, como Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), trazendo os acessórios do momento, consumidos nos bailes de carnaval e no entrudo (COUTINHO, 2020).

Pode-se acompanhar que o intuito, ao longo do tempo, pelas autoridades e elite da época, era isolar o carnaval em seus espaços fechados, identificando as manifestações que aconteciam nos espaços públicos como perigosas e indecentes. Nesse sentido, como o entrudo era uma maneira popular de brincar, logo foi visto como selvagem, e a sua prática foi desaparecendo (TUTUI, 2015). Coutinho (2020, p.

56-57) destaca que a elite da época queria distanciar suas festas das brincadeiras populares de rua como o entrudo, e o carnaval de salão era uma das maneiras de elitizar a festa.

A feitura do carnaval de rua, atualmente realizado pelos grupos percussivos, é um direito que sobretudo vai contra essa elitização, pois a rua é coletiva e democrática. O processo de elitização do carnaval não abarca somente a questão financeira; a elitização condiz com a higienização dos espaços públicos: quer-se controlar a população e suas festas. As dificuldades enfrentadas para realizar o carnaval por falta de verbas, repressão e pouca valorização das escolas de samba têm historicidade (COUTINHO, 2020).

Em 1968, noticiava-se no jornal a ausência dos carnavais nas ruas, mas os carnavais de salão estavam acontecendo. Em 1986, por conta dos cortes de verbas, realizou-se uma manifestação simbólica: o enterro do prefeito Wittich Freitag, em que as pessoas saindo às ruas vestidas de preto carregavam um caixão com o nome do prefeito, cantando “Não deixe o samba morrer” (COUTINHO, 2020, p. 99). Joinville ficou de 1996 até 2006 sem os desfiles tradicionais das escolas de samba.

No sentido de ir contra as representações homogêneas do patrimônio cultural no passado e nos mitos fundadores, entendemos a atuação dos dois grupos percussivos de maracatu no presente, Morro do Ouro e Baque Mulher, como culturas de frestas que demonstram novas práticas e culturas vivenciadas na cidade contemporaneamente. Conforme Lima (2014), diversos elementos compõem a manifestação cultural do maracatu, como a música, a dança, indumentárias, ritos religiosos e espetáculo coletivo. Também são agremiações carnavalescas que disputam o carnaval do Recife. Seu fundamento são as religiões afro-brasileiras, que permeiam toda a sua existência, desde os toques do tambor às toadas cantadas, como as religiões do xangô em Pernambuco e a jurema.

Os grupos percussivos possuem histórias e trajetórias diferentes de acordo com cada contexto. Estudam e ensaiam o baque virado, ritmo percussivo do maracatu nação, focando na parte de aprendizado da percussão. Os batuqueiros e as batuqueiras dos grupos percussivos residem em lugares diferentes da cidade e geralmente se encontram nos fins de semana para ensaiar ou realizar oficinas abertas

ao público. A Figura 2 é o cartaz de divulgação das oficinas realizadas após a aprovação do projeto cultural submetido ao Simdec, em 2010.



Figura 2 – Cartaz de divulgação do Projeto Maracatu Joinville, 2010

Em Joinville, percebe-se que, ao organizar, tocar e cantar o baque virado, os grupos também compartilham com a cidade a história das nações, das rainhas, dos processos de luta e da relação com o sagrado das religiões de matriz africana, pois as toadas (músicas) incorporam em sua estrutura as vivências, os saberes e a memória das nações. Sistemáticamente ao longo das trajetórias dos grupos, estes enfrentam a repressão policial. Questionado se durante sua participação no Grupo Morro do Ouro o batuqueiro Guilherme Migliorini vivenciou algum desses momento, o entrevistado relata³:

³ Outra batuqueira que participou do grupo relata que, na época em que ensaiavam no Centreventos Cau Hansen, sempre carregavam o papel da autorização concedida pelo espaço, pois cotidianamente a polícia aparecia nos ensaios, solicitando tal autorização.

É, isso era, sempre foi regra geral assim. Nós durante algum tempo já fizemos oficinas e ensaios na Arena Joinville do [Joinville Esporte Clube] JEC, não dentro do espaço da arena, mas do lado de fora, né, no estacionamento que tem ali no Parque da Cidade, que fica ao lado, sempre no espaço público. Começava a tocar, chegava a polícia, isso sem passar das dez horas. Passar das dez era a certeza de bater a polícia. Então, dentro de um horário antes das dez, sempre chegava a polícia e falava que não podia, que era muito alto, que estava infringindo a lei, que tinha pessoas reclamando, ligação de morador e que se não parasse eles iam voltar. Isso já aconteceu ali na arena, já aconteceu também quando nós utilizávamos o espaço externo do Centreventos. No Centreventos inclusive tínhamos dialogado com a administração do Centreventos pedindo autorização para usar o espaço externo, pra usar a marquise, para não chover na cabeça e, ainda assim, com autorização enfrentava o problema. A gente chegava, a polícia chegava, a guarda municipal, a segurança privada chegava. Então dificultava nós termos acesso ao banheiro. No próprio Kênia isso já aconteceu. Sempre, sempre aconteceu. (MIGLIORINI, 2023)

Para além das atividades internas necessárias, como os ensaios e as oficinas, o momento do carnaval na cidade também é marcado pela presença dos grupos percussivos de maracatu. O arrastão, carnaval de rua e autônomo dos grupos percussivos, geralmente tem como trajeto o Museu de Arte de Joinville até a Rua das Palmeiras, que fica em frente ao Museu Nacional de Imigração e Colonização, de Joinville. O arrastão não está incluído na programação oficial do carnaval divulgada pela Prefeitura de Joinville. Portanto, a divulgação, a organização e a participação do público são realizadas pelos grupos. Geralmente no carnaval os integrantes dos grupos se juntavam para formar um único bloco de percussão, com repertório de toadas e figurinos.

Em 2017, a prefeitura de Joinville, com base na recomendação do Ministério Público de Santa Catarina, não liberou os alvarás para o carnaval, que foi cancelado em cima da hora. Nesse mesmo ano os grupos percussivos realizaram seu arrastão de rua. Nas entrevistas, de acordo com as batuqueiras e os batuqueiros, foi o carnaval de maior repressão enfrentado pelos grupos.

Os dois grupos também participaram de outros momentos carnavalescos, tocando na percussão de escolas de samba, como a Príncipes do Samba e Serrinha. No carnaval de 2013, o Morro do Ouro, com o batuqueiro Pitoco, da nação Estrela

Brilhante do Recife, foi convidado pelo Afoxé Ilê Axé Omilodê⁴ a desfilar na avenida. Os batuqueiros de Joinville afirmam que a prática do maracatu nação se constitui na rua; essa é a sua materialidade, e o grupo está totalmente ligado à história dessa manifestação. Mas é na rua principalmente que a repressão se torna mais ostensiva. Para além da repressão, outros fatores são apontados, como a burocracia para conseguir a autorização da prefeitura, para poder utilizar as ruas. A importância do carnaval para os grupos é expressa pela batuqueira entrevistada:

Então as agremiações de Carnaval de Recife, Olinda, Bloco, Maracatu, Troça, Zé Pereira, todas essas milhões de manifestações culturais do Recife e de Olinda acontecem pelo povo, entendeu? A prefeitura não é consultada se pode, como aqui em Joinville se faz, “será que a prefeitura vai autorizar?”. Ninguém para para discutir isso, vai acontecer e acabou. Então nós começamos a entender que era assim que tinha que funcionar em Joinville, que tinha que acontecer e acabou, não interessa o que prefeitura pensa, o que polícia pensa, o que vizinho pensa. O Carnaval está na agenda do povo e ele vai acontecer, assim como o Natal. Ninguém cogita proibir o Natal, por que é que se cogita proibir o carnaval? Não faz sentido, né? Se o Natal é religioso para alguém, o carnaval também é. Então, precisa acontecer, ninguém pode impedir. (MARTINS, 2023)

A circulação de saberes entre grupos de maracatu nação é demonstrada na prática, ao entender o carnaval como algo político, a cargo dos grupos, que ao fazer seus arrastões marcam presença na cidade e afirmam o direito ao carnaval. No entanto, embora os grupos tenham a consciência política do que significa o carnaval para a cidade, apontam as dificuldades para realizá-lo:

Eu lembro de um ano que o maracatu, eu não estava nesse ano, mas eu lembro de um ano em que saiu com um monte de escolta, porque não podia fazer carnaval, e a galera saiu, e estava completamente rodeado de policial, então é aquele de dar murro em ponta de faca, ter muita, muita vontade para acontecer mesmo. (MARTINS, 2023)

Antes de saírem às ruas, havia sete viaturas policiais e uma do tático, 18 policiais, incluindo a guarda municipal e o tático, vigiando a festa. Nas entrevistas, também relataram que havia helicópteros da polícia no dia⁵.

⁴ O Afoxé Ilê Axé Omilodê pertence ao Terreiro da Vó Joaquina.

⁵ Ver: Viaturas policiais e tático vigiam a concentração dos grupos percussivos. Fonte: Motta Design Studio (2017). Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=423215621347532&set=a.423211144681313>. Acesso em: 17 out. 2023.

Outro membro do grupo também aponta que foi após fazer parte do Morro do Ouro que começou a entender o que significa o carnaval. Ele conta que sua experiência no grupo mudou sua concepção sobre essa manifestação cultural e também pontua que estes são dois dos papéis do grupo percussivo, discutir politicamente o carnaval e demonstrar para a sociedade que o carnaval é um direito, muitas vezes conquistado pelas próprias mãos dos batuqueiros e batuqueiras, que têm ao seu lado foliões, partidos políticos e movimentos sociais.

Não poder realizar o carnaval em Joinville significa silenciar e reduzir a relevância de histórias, identidades e memórias coletivas que advêm dessas pessoas, escolas de samba e grupos percussivos de maracatu, afinal viver a encruzilhada significa praticá-la. Essa também é uma forma de preservação⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Joinville possui uma narrativa oficial que atrela fortemente a história oficial da cidade ao processo de imigração alemã, que se iniciou no fim do século XIX. No entanto, as memórias silenciadas e os diversos movimentos culturais têm feito ecoar suas vozes e sons nos diversos espaços da cidade. Ao falarmos desse silenciamento na expressão festiva do carnaval, fazem parte da sua comunicação com a população as suas histórias, comunidades e memórias. Não podemos reduzir o carnaval e os arrastões dos grupos percussivos somente àquele momento festivo, ou aos seus interiores; é nos momentos públicos que transmitem à sociedade suas histórias e memórias.

As experiências dos grupos percussivos e a cultura e a linguagem do maracatu nação, reproduzidas e compartilhadas pelos batuqueiros com a cidade, são uma forma de, no presente, questionarmos as culturas e práticas de grupos e pessoas que não estão enquadrados no reconhecimento oficial da cultura dominante.

O patrimônio é feito de valores de um coletivo para uma coletividade. Em seus meios, esses valores afirmam-se em trocas, como o apoio mútuo entre grupos

⁶ No ano de 2020 o carnaval com o desfile das escolas de samba com programação oficial divulgada pela Prefeitura de Joinville foi duramente reprimido. Ver: Baque Mulher Joinville (2020), G1 SC e NSC TV (2020), Morriesen (2020) e O Mirante (2020).

percussivos e movimentos sociais, em manifestações políticas, com as escolas de samba e afoxé, como também na construção do carnaval e na luta do Baque Mulher pelos seus direitos. A questão que se coloca não é reivindicar os grupos como patrimônio na cidade, mas a possibilidade de existirem e poderem exercer livremente suas práticas baseadas e referenciadas nas nações de maracatu Estrela Brilhante do Recife, Encanto do Pina e Porto Rico. Em vez disso, porém, o racismo religioso é uma constante na realidade dos grupos.

Os processos históricos da construção do passado e da memória sobre Joinville descritos ao longo do artigo ainda são acionados para representar a cultura, como também fazem parte do gerenciamento do reconhecimento e da proteção do patrimônio cultural, perpetuando o discurso oficial, fundamentado na construção da narrativa da história oficial, que retoma o mito fundador da Colônia Dona Francisca para afirmar valores culturais herdados dos imigrantes germânicos. Os grupos percussivos jogam com estratégias de resistência como uma forma de proteger seus conhecimentos e memórias, na rua e entre aliados.

REFERÊNCIAS

BAQUE MULHER JOINVILLE. *Nota de repúdio*. Baque Mulher Joinville, 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B86tzcuhtIE/>. Acesso em: 18 out. 2023.

CANCLINI, Néstor García. O porvir do passado. In: CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008, p. 159-204.

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. Ananse e as teias da história: branquitude, branqueamento e invisibilidade das populações de origem africana em Joinville/SC. In: GUNLANDA, Orlando Afonso Camutue; CARDOSO, Felipe; FERNANDES, Rhuan Carlos. (Org.). *Fragmentos negros: perspectiva sobre a presença negra em Joinville/SC*. Joinville: Pluralidades, 2022, p. 1-302.

COUTINHO, Joceli F. *As máscaras da folia joinvilense: os desfiles carnavalescos como direito cultural (1988-2018)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2020.

CUNHA, Dilney. *História do trabalho em Joinville: gênese*. Joinville: Toda letra, 2008.

FERREIRA, Vinícius José Puhl. *Vinícius José Puhl Ferreira: entrevista* [mar. 2023]. Entrevista concedida a Evelyn de Jesus Jeronimo. Joinville, 2023.

FICKER, Carlos. *História de Joinville*: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. 2. ed. Joinville: Ipiranga, 1965, 447 p.

G1 SC e NSC TV. Confusão em festa de carnaval termina com 17 pessoas detidas em Joinville. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/02/24/confusao-em-festa-de-carnaval-termina-com-17-pessoas-detidas-em-joinville.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2023.

GUEDES, Sandra Paschoal L. C. A escravidão em uma colônia de “alemães”. In: *Anais do Simpósio Nacional de História (2007 São Leopoldo-RS)*. São Leopoldo, 2007, p. 1-9. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

GUERREIRO, Juliane. O não-lugar do negro na história de Joinville: um olhar sobre as páginas do jornal *A Notícia. Monumenta*, Joinville, vol. 1, n.1, p.28-51, 2020.

GULANDA, Orlando Afonso. A Sociedade Kênia Clube: lugar de memória, lazer e resistência de pessoas negras na cidade de Joinville/SC. In: GUNLANDA, Orlando Afonso Camutue; CARDOSO, Felipe; FERNANDES, Rhuan Carlos. (Org.). *Fragments negros*: perspectiva sobre a presença negra em Joinville/SC. Joinville: Pluralidades, 2022, p. 1-302.

HERKENHOFF, Elly. *Era uma vez um simples caminho*. Joinville: Fundação Cultural, 1987.

LIMA, Ivaldo Marciano de F. As nações de maracatu e os grupos percussivos: diferenças, conceitos e histórias. *Revista Afro-Ásia*, n.49, p.71-104, 2014.

MACHADO, Diego Finder. *Marcas da profanação*: versões e subversões da ordem patrimonial em Joinville-SC. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018a, 440 p.

MACHADO, Diego Finder. Nós difíceis de desatar: reaberturas do passado e sobreposições de narrativas patrimoniais sobre a presença negra em Joinville (SC). *Confluências Culturais*, vol. 7, p.21-35, mar. 2018b.

MARTINS, Aliuscha. *Aliuscha Martins*: entrevista [mar. 2023]. Entrevista concedida a Evelyn de Jesus Jeronimo. Joinville, 2023.

MIGLIORINI, Guilherme. *Guilherme Migliorini*: entrevista [mar. 2023]. Entrevista concedida a Evelyn de Jesus Jeronimo. Joinville, 2023.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *História oral*: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MICKUCZ, Pedro Romão. *Hoje é dia de concerto: uma análise do Theatro Nicodemus e da Sociedade Harmonia Lyra como espaços fomentadores do patrimônio musical de Joinville*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2017.

MORRIESEN, Cláudia. Carnaval é interrompido por ação policial. *NSC Total*, 2020. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/carnaval-de-joinville-e-interrompido-por-acao-policial>. Acesso em: 16 out. 2023.

O MIRANTE. PM aterroriza foliões e acaba com festa de carnaval em Joinville. *O Mirante Joinville*, 2020. Disponível em: <https://omirantejoinville.com.br/2020/02/23/pm-aterroriza-folhoes-acaba-festa-carnavaljoinville/>. Acesso em: 16 out. 2023.

PISTORELLO, Daniela. Iphan e Fundação Catarinense de Cultura: políticas para o patrimônio cultural do imigrante europeu em Santa Catarina na década de 1980. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 28, p.1-27, 2020.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. Tradução: Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016. (Coleção Ideias.)

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PREFEITURA DE JOINVILLE. Secretaria de Cultura e Turismo. *Prefeitura reconhece Sociedade Kênia Clube como Patrimônio Imaterial de Joinville*. Joinville: Prefeitura de Joinville, 2022a. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/prefeitura-reconhece-sociedade-kenia-clube-como-patrimonio-imaterial-de-joinville/>. Acesso em: 30 out. 2023.

PREFEITURA DE JOINVILLE. Secretaria de Cultura e Turismo. *Registro da Sociedade Kênia Clube como Patrimônio Imaterial de Joinville*. Joinville: Prefeitura de Joinville, 2022b. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/Delibera%C3%A7%C3%A3o-Comphaan-n%C2%BA-075.2022-K%C3%AAnia-Clube-13072022.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

PREFEITURA DE JOINVILLE. Secretaria de Cultura e Turismo. *Registro das sociedades de tiro ao alvo esportivo como patrimônio imaterial de Joinville*. Joinville: Prefeitura de Joinville, 2022c. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/Deliberacao-Comphaan-no-124-2022-Sociedades-de-Tiro-ao-Alvo-Esportivo.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

PREFEITURA DE JOINVILLE. Secretaria de Cultura e Turismo. *Sociedades de tiro ao alvo esportivo de Joinville são registradas como patrimônio imaterial municipal.* Joinville: Prefeitura de Joinville, 2023. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/sociedades-de-tiro-ao-alvo-esportivo-de-joinville-sao-registradas-como-patrimonio-imaterial>. Acesso em: 17 out. 2023.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 1937/1968*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMAS, Luiz A.; RUFINO, Luiz. *Flecha no tempo*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

TERNES, Apolinário. *História de Joinville: uma abordagem crítica*. Joinville: Meyer, 1984, 296 p.

TERNES, Apolinário. *Joinville, a construção da cidade*. Joinville: Bartira, 1993, 214 p.

TUTUI, Mariane P. *Aquarelas do Brasil: a importância dos registros pictóricos de Debret*. Iphan, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao>. Acesso em: 30 out. 2023.

Recebido em 14/11/2023

Aprovado em 08/07/2024